

Resenha de

O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa
e transformação social

de Afranio Raul Garcia Jr.

Editora Marco Zero e Editora Universidade de Brasília em co-
edição com o MCT-CNPQ-Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

Sao Paulo, 1990

por Ana Maria Galano

1

A frase escutada de um trabalhador - " O Sul hoje é o caminho do roçado" - deu título a este livro. E, conforme Afrânio o Raul Garcia Jr a frase é solução, enigma e síntese de um amplo processo de transformações sociais no Nordeste e de sua articulação com o crescimento das cidades, das indústrias e o de um mercado de força de trabalho livre no Sul.

O texto do livro se constrói num cerrado corpo-a-corpo com análises correntes, que o autor rejeita sucessivamente, e pela apresentação de abordagens alternativas. Assim, como primeiro exemplo, Afrânio R. Garcia Jr. aponta a insuficiência da interpretação dos fluxos migratórios, a partir de áreas rurais, para as cidades em expansão industrial como simples abandono de áreas em declínio e busca de integração em polos de prosperidade. Os casos de retorno à região de origem corresponderiam então a fracassos, a inadaptação daqueles que não conseguiram alcançar o objetivo pretendido.

A região estudada no livro - o Brejo e o Agreste, no Estado da Paraíba - é uma das áreas nordestinas que conheceram mais altas taxas de emigração desde o final dos anos 40. Através da análise de inúmeras trajetórias individuais e familiares, o autor constatou que, dentre os migrantes, alguns tornaram-se operários ou empregados urbanos no Sudeste, enquanto outros alcançaram ou mantiveram a condição camponesa porque estiveram temporariamente inseridos no mercado de trabalho industrial.

A frase enigma começa assim a decifrar-se: o retorno ao campo, no lugar de origem, pode constituir o motivo da partida para o Sul. E só ao se examinar "em que condições indivíduos de carne e osso fazem os investimentos materiais e psicológicos que tais deslocamentos exigem", é que se pode perceber que não

há homogeneidade nem de objetivos iniciais para a emigração nem de condições prévias ao deslocamento. Então abre-se o espaço para novas questões, as que suscitam o estudo das "práticas de inserção num mercado de trabalho longínquo e as representações mentais que ^{as}acompanham, em relação ao conjunto de práticas de trabalho a nível local (que constituem práticas alternativas e concorrentes)" (p.13)

A primeira parte do livro trata do modo de dominação tradicional na grande plantação açucareira no momento de seu apogeu e progressivo declínio. A incursão pelo espaço social do mundo rural nordestino começa por uma cidade, a de Areia, que desde o começo do século XIX foi centro comercial, político, administrativo e religioso. Era também local da residência secundária de famílias de grandes proprietários de engenhos do Brejo e fazendas no Agreste. De Areia, se segue para o campo e para dentro dos engenhos. Ali todos os trabalhos agrícolas e os de fabricação de derivados da cana de açúcar eram executados por moradores, trabalhadores que tinham casa e alguma terra para cultivo próprio - o roçado ou o sítio - nos domínios do proprietário. Essencialmente favorável ao detentor do património fundiário, a relação de morada é uma "relação concreta(...) uma configuração de concessões e obrigações diferentes, que só se explica completamente pela história particular das trocas morador-senhor" (p.42) Variada e pessoal, e por isso tão eficaz, a dominação instituída pela morada se objetiva numa estrutura espacial e numa arquitetura com forte uniformidade. Em 1976, quando do início da pesquisa de campo de Afranio R.Garcia Jr., este universo fechado nunca tinha sido ultrapassado por algumas pessoas das famílias de moradores. Ainda assim, a violência física era por vezes utilizada para manter a obediência e para punir.

Outro já era então o universo dos agricultores, que insistiam em assim se autodenominar para bem estabelecer diferenças entre eles e os moradores. Ainda que subordinados, não estavam submetidos a dependência pessoal dos senhores-de-engenho. A si chamavam de libertos e aos moradores, sujeitos. Tinham chão de casa na cidade, fora da dominação do senhor-de-engenho:

" Na rua residem além de pequenos proprietários, os rendeiros, pequenos produtores que botam roçado em propriedade alheia, sobretudo no Agreste, durante o inverno, pagando em dinheiro pelo uso da terra; os meeiros, pequenos produtores que botam roçado em propriedade alheia, pagando com uma parte da produção obtida; os trabalhadores alugados, aqueles que vivem sobretudo da venda da força de trabalho a grandes proprietários e a outros agricultores, mas que também tentam botar roçado a cada ciclo agrícola para garantir a subsistência do grupo doméstico; os negociantes, aqueles que obtêm no comércio das feiras a renda fundamental que garante a subsistência familiar, eles mesmos já tendo sido agricultores no passado ou sendo filhos de agricultores"(p.53)

A variedade de situações sociais neste universo dos agricultores, assim como o aparecimento da distinção sujeito/liberto são contrapartidas do definhamento do sistema de dominação tradicional da morada e da emergência de um novo modo de dominação. Tres mediações são apresentadas como necessárias ao entendimento desta época de transição: a concorrência entre as plantations, com o surgimento das fazendas e o declínio dos engenhos; a possibilidade de migração para as grandes cidades do Sul; o surgimento das primeiras associações camponesas e seu impacto no campo político.

Sobre Areia, entrevista anteriormente em seu apogeu, o leitor recebe agora minuciosa informação histórica desde o início do século XVIII, quando a região era ainda denominada Sertão do Bruxaxá.

e cuja ocupação colonizadora deveu-se ao interesse pela criação de gado. Quando a cana-de-açúcar ganha proeminência, em meados do século passado, o algodão ainda tinha lugar destacado dentre os produtos locais. A enumeração de cultivos sucessivos e simultâneos ao da cana-de-açúcar tem aqui o objetivo preciso de demonstrar que a "categoria engenho não tem como significado necessário ser propriedade monocultora de cana-de-açúcar. Engenho indica claramente o papel fundamental da cana-de-açúcar (...). Mas nada impede que haja vários cultivos para a venda e, com a flutuação dos preços e variação das condições ecológicas, várias explorações comerciais..." (p.62) Seis produtos comerciais, em ciclos sucessivos, aparecem na história dos engenhos de Areia e aqueles produtos coexistiram com lavouras de subsistência, destinadas alternativamente ao autoconsumo ou a sua venda eventual. A capacidade dos engenhos para diversificar, expandir ou contrair a oferta de mercadorias, que configura uma variedade de estratégias de reconversão, inclusive frente a emergência das usinas, revela-se finalmente ineficaz para freiar o declínio dos senhores-de-engenho de Areia a partir de 1950.

A possibilidade dos deslocamentos para as cidades industriais do Sul que, pela primeira vez, ofereceu aos moradores uma alternativa à sujeição nos engenhos, representou para seus proprietários uma redução do número de trabalhadores obrigados a submeter-se à dominação tradicional indissociável de condições de produção rentáveis naqueles domínios. A possibilidade de migração em busca de empregos oferecidos no Sul, somou-se a ação das Ligas Camponesas e, posteriormente, dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas. Ao tornar possível que moradores recorram a Justiça ou a Inspeção do Trabalho, que busquem "seus di -

reitos", as novas associações afetaram o próprio fundamento da economia de dominação pela morada. Desapareceu a eficácia do uso do patrimônio fundiário como suporte do sistema de favor, por parte do senhor-de-engenho, e de deveres, com os quais os moradores saldavam sua dívida. Os aspectos antes constitutivos da dependência personalizada passaram a ser regidos por relações contratuais. Novas obrigações trabalhistas, estendidas ao campo pela legislação do início dos anos 60, acompanharam-se de sanções monetárias mais elevadas. Se levado à Justiça, o senhor-de-engenho pode tornar-se devedor de seus moradores. Se não dispor de recursos monetários para saldar sua dívida, pode vir a desfazer-se de parte de seu patrimônio em terra e concedê-lo em pagamento ao morador. Assim a "busca dos direitos pode ter o mesmo efeito que os deslocamentos para o Sul: quem o faz pode passar de sujeito a liberto" (p. 84)

A segunda parte do livro analisa as estratégias de reconversão de indivíduos ocupando diferentes posições sociais e as trajetórias ligadas àquelas estratégias. Enquanto pequenos proprietários, rendeiros e meeiros conhecem uma trajetória ascendente, através da associação de agricultura, negócio e criação de gado, outros agricultores libertos são chamados de agricultores fracos: trata-se dos que executam os trabalho alugado e vivem um processo de pauperização.

De propósito, enuncio de saída as duas grandes tendências que facilmente se pode identificar como as de constituição dos polos opostos num processo de diferenciação do campesinato local. É que tanto a reconstituição histórica do declínio dos engenhos, quanto o estudo das atividades de grupos domésticos de agricultores e das condicionantes de suas respectivas trajetórias, são atravessadas por uma constante preocupação de combate a concepções evolucion-

ristas, a representações de processos de transição como sendo :
 processos automáticos e previsíveis. A monotonia de boa parte
 da literatura científica sobre as transformações sociais no
 campo brasileiro resulta da ativa presença de uma teoria vul-
 gar da diferenciação camponesa. Ela toma por inevitável a cons-
 tituição simultânea de uma burguesia e de um proletariado ru-
 ral como ponto de chegada do desenvolvimento capitalista e
 considera campesinato e capitalismo como noções mutuamente ex-
 cludentes. Ora, Afranio R. Garcia Jr. demonstra primeiro que
 a constituição do mercado de trabalho industrial no Sul não
 foi precedida pelo desaparecimento do modo de dominação tradi-
 cional nos engenhos, embora tenha participado de seu declínio.
 E que, ao enfreqüecerem-se as relações de dependência pessoal
 (o que materializou-se no progressivo abandono do grande domínio
 pelos moradores), não houve desaparecimento mas surgimento e/ou
 crescimento do campesinato. Só que, para falar em campesinato
 na região do Brejo e do Agreste da Paraíba, é necessário não
 identificar a presença do produto com caráter mercantil e aces-
 so mercantil à força de trabalho como elementos de indubitável
 caracterização de um mercado de trabalho plenamente constituído,
 onde confrontam-se empresários capitalistas e trabalhadores as-
 salariados. Vejamos então como Afranio R. Garcia Jr. estuda o
 significado da compra e venda da força de trabalho por grupos
 domésticos camponeses.

Não é o no campo, mas nas feiras, que o leitor entra em
 contacto com os agricultores. Ali vendem por atacado sua pro-
 dução a negociantes, enquanto eles próprios revendem no varejo
 o produto de outros agricultores. Se, em sua grande maioria, os
 feirantes são pequenos produtores agrícolas, nas feiras todos fun-

cionam também como intermediários. As peculiaridades desta forma de comércio são descritas e analisadas detalhadamente. Assim como as diferentes práticas de cultivo e sua distribuição ao longo do ano. Aos poucos, o leitor é levado a constatar como os agricultores decidem sobre cultivos e negócio tratando-os como atividades complementares e como são produtores-feirantes totalmente sensíveis à flutuação dos preços de mercado. Mas, ao aprofundar a análise do cálculo econômico dos agricultores, o autor demonstra que sua inserção eficiente no circuito de trocas mercantis não os faz abandonar outros elementos de cálculo: "(a) o consumo socialmente necessário dos produtos pela unidade doméstica - o gasto da casa; (b) disponibilidade de força de trabalho do grupo doméstico, quantas pessoas de trabalho tem na casa" (p.121) E a presença determinante destes elementos é que diferencia radicalmente o cálculo econômico destes agricultores daquele praticado por empresários capitalistas.

Através da análise da divisão familiar do trabalho, o autor introduz a criação de gado, terceira fonte de obtenção de renda por estes ^{camponeses} ~~agricultores~~ que praticam agricultura e negócio. A criação tem função suplementar - a de constituir reserva e meio de acumulação - para agricultores que inevitavelmente enfrentam momentos difíceis ou necessitam efetuar despesas particularmente importantes. Tratados primeiro como grupo relativamente homogêneo, os agricultores vão também revelando-se portadores de estratégias diversificadas, em particular na esfera do negócio. Assim, há agricultores que tendem a dedicar um número crescente de dias ao negócio e a propiciar aos filhos um negócio autônomo, que os livre de um futuro que inclua o cabo de enxada. Tal estratégia implica um abandono progressivo da atividade produtiva direta por parte destes agricultores e a utilização de alugados para o trabalho agrícola.

Alcançado este ponto, Afranio R. Garcia Jr. mais uma vez demonstra que o processo de diferenciação, ou a ruptura da situação camponesa, tem de ser estudado concretamente e não pode ser deduzido de outras situações históricas. Para isso examina os limites à substituição do trabalho dos membros da unidade doméstica pelos alugados, através da análise da lógica que

preside o uso do "fundo para pagar trabalhadores". Demonstra como a decisão renova-se a cada ciclo agrícola, levando-se em conta os trabalhos pesados e a composição da unidade doméstica, por sexo e idade; a disponibilidade de recursos monetários no pico das tarefas no campo, quando elevam a demanda e a diária dos alugados. A decisão também tem como determinante a prática dos deslocamentos de homens jovens para o Sul, o que priva a unidade doméstica de uma força de trabalho que então atinge sua plenitude produtiva. E tais deslocamentos, por sua vez, se explicam devido as características do mercado de terras local.

O casamento, a constituição de nova unidade doméstica camponesa, requer acesso a terra, o que é muito difícil quando não há nem aumento do estoque de terras nem da produtividade do solo. Desde que a migração se tornou prática generalizada, a partir dos anos 50, o emprego no Sul passou a constituir uma fase necessária no ciclo de vida não só de moradores, para escapar da sujeição nos engenhos, mas também de agricultores. O ir para o Sul e a obtenção de recursos financeiros é uma das estratégias possíveis para atenuar as consequências do fracionamento do patrimônio fundiário familiar ^{em vista da} instalação de filhos de agricultores. Só condições de vida e de trabalho no Sul muito precárias asseguram no entanto a acumulação que permitirá certas compras no Norte (por exemplo: de gado, de chão de casa, de um sítio, etc) ou a ampliação do negócio.

A análise do mercado de terras põe assim em evidência limites ao processo de acumulação e diferenciação dos agricultores. Por um lado, os lotes de pequena superfície são os de mais alto valor por hectare e a ampliação do patrimônio fundiário pode resultar numa redução de capital disponível, em particular, a do "fundo para botar trabalhador alugado". Por outro,

dentre os pobres, há ainda os alugados que participam do mercado de terras buscando ter acesso a superfícies cedidas para arrendamento e parceria. A forte pressão sobre a escassa terra disponível tem consequências diferentes para as diversas categorias de trabalhadores locais, mas não configura uma situação em que um contingente de trabalhadores expropriados de terra esteja a disposição de agricultores cujas variadas modalidades de acumulação permitisse substituir sistematicamente, e de uma vez por todas, a força de trabalho doméstica por alugados.

A oferta de trabalhadores alugados é no entanto crescente. Afranio R. Garcia Jr. se propõe examinar as determinações desta oferta e verificar se há, ou não, uma tendência para que aumente o número dos que vivem só de alugado e daí emergja um novo grupo social com contornos próprios. Embora o autor insista que a venda da força de trabalho é uma virtualidade para todo agricultor, mesmo os fortes, a oferta de trabalho alugado concentra-se dentre os produtores agrícolas ~~que~~ ^{que} ocupam as menores superfícies e os que por vezes não tem qualquer acesso ao negócio. São eles que, embora libertás, têm ainda dimensões de sujeição em sua vida: para equilibrarem-se, podem precisar do auxílio do proprietário para seu sustento, ou obter "condições de trabalhar". Comparando os rendimentos monetários de diversas categorias de trabalhadores, o autor conclui que aqueles que combinam roçado e alugado conhecem uma trajetória de declínio irreversível no espaço social local. A pauperização absoluta destes trabalhadores leva-os a "espapar do alugado", como se tentou, e se tenta, "escapar da sujeição". O alugado não constitui uma nova posição social para onde se orientem estratégias de reconversão. Ao contrário do emprego, que cristaliza a própria imagem do trabalho assalariado. Mas para alcançar o "mundo do emprego" é

preciso deslocar-se para o Sul onde, a 3000 Km de distância, alguns encontrarão seu lugar num mercado de trabalho capitalista plenamente constituído.

Ao afirmar que "quando não é o gado, é a cana do usineiro" que ocupa a maior parte das terras, os agricultores designam as duas principais estratégias de reconversão dos grandes proprietários locais. Foi tardio e, a princípio, relativamente modesto o surto usineiro no município de Areia. A produção da única usina, que aí instalou-se, só atingiu a média nacional na década de 1970. Depois expandiu aceleradamente o volume de sua produção de açúcar e, finalmente, o de álcool. Durante o trabalho de campo efetuado em 1976/77, Afranio R. Garcia Jr. constatou que a usina adquirira recentemente vários engenhos e seu patrimônio fundiário triplicara entre 1957 e 1977. Vários engenhos locais tornaram-se também fornecedores de cana e, nos anos 70, o volume de sua produção foi multiplicado por sete, em detrimento do fabrico de rapadura e de aguardente. Mas tanto a disputa entre senhores-de-engenho e usineiros, em torno do controle de várias instâncias de poder, como a que opõe a usina e agricultores a respeito da terra só veio a realmente aguçar-se na década de 1980. Afranio R. Garcia Jr. demonstra como para entender a formidável capacidade de acumulação dos usineiros é necessário examinar o papel do Estado como agente econômico e suas diferentes políticas de subsídio ao setor açucareiro do Nordeste: "a reprodução das condições sociais de produção simples ou ampliada da usina passa pela reprodução do Estado cumprindo exatamente a mesma função: instituições públicas apoiadas no Tesouro Nacional, servindo de instrumento de conservação/reconversão de uma fração da classe dominante" (p.227)

A expansão da cana-de-açúcar concentrou-se no Brejo, devido a limitações ecológicas, enquanto a da criação de gado estendeu-se também ao Agreste. Aqui a novidade consistiu justamente na

introdução da pecuária no Brejo, região antes percebida como imprópria para criação de gado e destinada naturalmente ao cultivo da cana-de-açúcar. Esta estratégia de reconversão faz um dos novos fazendeiros afirmar "a agricultura minha é o capim". Trata-se de solução preventiva face às novas leis trabalhistas e agrárias, instrumento de defesa diante das possibilidades de trabalhadores fazerem-nas aplicar. As terras de gado são pastos cuja formação se faz a custo zero, uma vez que sucedem a roçados. Políticas de crédito e de financiamento público subsidiadas para investimentos fixos e para aquisição de plantel tornam ainda mais atraente uma estratégia de reconversão que, ao preservar as terras livres de eventuais moradores, eleva a potencialidade do patrimônio fundiário como reserva de valor.

Concluído este resumo da "reconstrução do sistema de relações sociais em movimento", empreendido por Afranio R. Garcia Jr., só muito alusivamente referi-me a seu tratamento da noção de liberdade que, parece-me, ocupa um lugar central na constituição de sua problemática, na estrutura da exposição e na escolha dos meios de demonstração. O Sul: caminho do roçado é uma lição de pesquisa e foi construído com esta intenção. O árduo mas imprescindível trabalho de construção do objeto é explicitado ao longo de todo o livro. Em grande parte através das múltiplas oposições - "o espaço das lutas simbólicas onde a própria análise sociológica está inserida" (p.263). Talvez só esta dimensão tenha sido assinalada. Outra, e tão importante, ou mais, é a da cooperação com pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional. Pelo menos desde 1970, desenvolve-se naquela instituição um ^{ininterrupto} trabalho de pesquisa em equipe.

que, voltado inicialmente para a problemática específica da plantation e para o movimento geral de expropriação de moradores, resultou em vários estudos ^{nesse} ~~nes~~ ^{quais}, através da análise concreta de processos sociais, se têm resgatado *simultânea*

e renovadamente o que há de determinado e livre na história; as variantes possíveis e o caráter não-linear de movimentos ocorridos em épocas de transição; as múltiplas possibilidades de resolução de sistemas de contradições historicamente especificadas.

Ao estruturar os capítulos de seu livro, Afranio R. Garcia Jr. reconstrói um amplo sistema de contradições que se resolve por diferentes formas de ruptura com um modo tradicional de dominação em crise. As diversas trajetórias analisadas revelam, e explicam, a heterogeneidade social que, por sua vez, resulta do embate entre categorias sociais que definem estratégias que as vão diferenciando.

É vertiginosa a quantidade e variedade de dados recolhidos por Afranio R. Garcia Jr. Antes mesmo de sua análise, o autor explicita que são dados existentes - descobertos, buscados - porque uma determinada teoria, uma problemática, um objeto levou-o a sua procura. Lição inicial de pesquisa cuja utilidade pode no entanto esvair-se quando não se sabe mais para que, ou porque, a teoria é acionada. Volto aos dados recolhidos por Afranio R. Garcia Jr. Parte deles são dados primários: resultado de entrevistas, conversas em feiras, em sedes de sindicatos, em ônibus, em filas de banco, etc com trabalhadores presentes na região estudada ou já migrantes no Sul. E ainda de encontros diversos com chefes políticos locais. Para Afranio R. Garcia Jr., as representações mentais como matéria prima de ^{análise de} relações sociais e de seus significados tem de ser confrontada a procedimentos alternativos da tradição objetivista e a utilização daquelas representações só se justifica quando fica demonstrada sua maior eficácia explicativa na construção do objeto a ser analisado. Ora, não haveria condições de reconstruir um sistema de contradições sem conhecer a lógica que preside as práticas econômicas dos agricultores e dos alugados. Trata-se de uma lógica que é denegada sistematicamente em nome de uma racionalidade e de uma modernidade que, ao condenar práticas econômicas de pequenos produtores ao menosprezo científico, servem na verdade de justificativa "técnica" a projetos destinados a fazê-los desaparecer. Ressurge as-

sim novamente a questão da liberdade: as estratégias de reconversão de dominados no Brejo e no Agreste são também formas de luta por sua sobrevivência, pela manutenção de sua condição de libertos em que a noção de liberdade " é objeto de um debate constante, de disputa pela fixação de seu significado legítimo" (p.263)

Ao analisar as estratégias de reconversão dos grandes proprietários do Brejo e do Agreste, Afranio R. Garcia Jr. afirma que se tem de inserir o exame da dinâmica da plantation tradicional em conjunturas nacionais. Uma das que privilegia é a de profunda crise do início dos anos 1960 e a análise que dela fez o economista Ignacio Rangel. A referência torna-se homenagem a quem teve a clareza de adiantar mais de uma via possível de desenvolvimento de capitalismo no Brasil. Poderia haver expansão da indústria sem Reforma Agrária. Foi o que se deu. É o que nos resta a analisar, com a esperança final de Afranio Garcia Jr. : " as trajetórias possíveis de transformação social são múltiplas, e mais coisas dependem da luta de classes do que sonha nossa economia e nossa ciência social..." (p.272)